

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA

PROCESSO N.º 2975882/2025

UASG: 925449

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90008/2026

RESUMO



FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA - FPEHCGV

CNPJ nº 22.980.973/0001-77



OBJETO

Aquisição de equipamentos específicos para atender o setor Biopsicossocial da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna – FPEHCGV, por um período de 12 (doze) meses.



MÉTODO DE DISPUTA

- ☒ Aberto
- ☐ Aberto e fechado
- ☐ Fechado e aberto



CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- ☒ Menor preço
- ☐ Maior desconto

ENTREGA

O bem deve ser totalmente entregue de uma só vez, no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento da nota de empenho.

Forma

Prazo

30 (trinta) dias corridos.

Local

Os equipamentos deverão ser entregues no Almoxarifado, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 08h às 16h (exceto feriados e fins de semana), situado na Trav. Alferes Costa n.º 2000 - Bairro da Pedreira – CEP: 66.083-106, município de Belém-PA, na Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna – FPEHCGV.

VALOR ESTIMADO

R\$ 90.635,17 (noventa mil, seiscentos e trinta e cinco reais e dezessete centavos).

REAJUSTE

Índice

☐ IPCA

☐ INCC

☐ Outro: (sigla)

☐ INPC

☒ IGP-M

Período

A cada **12 meses**, a contar da data do orçamento estimado, 02 de setembro de 2025.

PAGAMENTO

Forma

Ordem bancária, BANPARÁ, caso a empresa vencedora não possua conta BANPARÁ a mesma deverá providenciar a **abertura de conta bancária junto ao Banco do Estado do Pará – BANPARÁ**, no prazo de 5(cinco) dias úteis a contar da convocação para assinatura de contrato, conforme os termos do **Decreto Estadual nº 877/2008**, para o recebimento dos pagamentos decorrentes da execução contratual.

Prazo

30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Data

28/05/2026.

Hora

Portal do Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras/pt-br
09 h

Edital disponível nos Portais: www.gov.br/compras/pt-br, www.compras-para.pa.gov.br e <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

REGULAMENTO DA COMPETIÇÃO

CLÁUSULA 1 – PROMOTOR DO PREGÃO

1.1 O PROMOTOR deste pregão é a **FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA - FPEHCGV**, fundação de direito público do Estado do Pará, CNPJ n.º 22.980.973/0001-77, com sede na Travessa Alferes Costa n.º 2.000 – Bairro: Pedreira – Belém/PA, neste ato representada pela Presidente **Ana Lydia Ledo de Castro Ribeiro Cabeça**, brasileira, médica, CPF n.º 294.930.052-91, residente e domiciliado nesta cidade, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 07 de abril de 2026, publicado no DOE n.º 36.588 de 08 de Abril de 2026. Tendo como **Agente de Contratação o Sr. Leonardo Rodrigues Gemaque**, designado (a) pela Portaria n.º 187 de 09 de abril de 2026, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 36.594 do dia 14/04/2026.

CLÁUSULA 2 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1 A presente licitação será realizada por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO** e observará a Lei Federal n.º 14.133/21, Decretos Estaduais n.º 2.939/2023 e alterações, 3.037/2023 e 3.532/2023, 877/2008, 2.940/2023 e alterações, Lei Complementar Federal n.º 123/06, demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Edital.

CLÁUSULA 3 – OBJETO

3.1 O objeto desta licitação é a aquisição de equipamentos específicos para atender o setor Biopsicossocial da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna – FPEHCGV, por um período de 12 (doze) meses, conforme descrito no Termo de Referência (TR), o qual **ADERE** a este documento para todos os fins.

3.2 O objeto a ser licitado é o seguinte conforme os itens descritos no Termo de Referência:

Item	Descrição	Código SIMAS	Und	Qtd	Valor Unitário Estimado**	Total**
1	CUFFOMETRO: é um dispositivo manual e portátil utilizado para medir e ajustar com precisão a pressão de insuflação do cuff de sondas endotraqueais e cânulas de traqueostomia, contribuindo para a vedação adequada das vias aéreas e prevenção de lesões traqueais é indicado para ambientes hospitalares. CARACTERÍSTICAS: Relógio analógico	158304-2	Und	10	R\$ 3.195,92	R\$ 31.959,20

	com escala de 0 a 120 cmH ₂ O, Bulbo anatômico em material flexível, Botão de alívio de pressão e conexão lateral tipo luer macho para fácil acoplamento. De uso simples e sem necessidade de energia elétrica, Registro na ANVISA.					
2	<p>Equipamento de ultrassom terapêutico microcontrolado, destinado a tratamentos na área da reabilitação física e estética, com aplicação nas disfunções musculoesqueléticas, osteoarticulares e tecidos moles. Indicado para alívio da dor, redução de processos inflamatórios, edemas, regeneração tecidual e cicatrização. Conta com transdutor de alta frequência com capacidade para operar em duas frequências terapêuticas: 1 MHz: indicado para estruturas mais profundas (até 5 cm); 3 MHz: indicado para estruturas mais superficiais (1 a 2 cm de profundidade). O equipamento realiza a emissão do ultrassom nos modos contínuo e pulsado, com frequência de repetição de pulso ajustável (100 Hz, 48 Hz ou 16 Hz), e razão de pulso configurável (1/2 – 50% ou 1/5 – 20%).</p> <p>Características Técnicas: - Frequências de operação: 1 MHz e 3 MHz Modos de emissão: contínuo ou pulsado Área efetiva de radiação (ERA): Cabeçote de 7 cm² com opção de uso nas frequências de 1 MHz ou 3 MHz (potência máxima: 21 W) Cabeçote de 3 cm² com frequência de 1 MHz (potência máxima: 3 W) Possibilidade de uso em terapia combinada Tecla de seleção de protocolos pré- programados (mínimo de 46) e protocolos personalizados (mínimo de 20) Display gráfico amplo para facilitar a visualização de configurações e protocolos. Necessário uso com gel condutor neutro Dados Técnicos: Alimentação elétrica: Bivolt automático (127/220V ~ 60).</p>	210982-4	Und.	4	R\$ 3.027,26	R\$ 12.109,04

	Dimensões aproximadas: 36 cm (L) x 31,5 cm (P) x 12,5 cm (A) - Peso aproximado (sem acessórios): 2,2 kg - Registro na ANVISA como equipamento eletromédico de uso Terapêutico Acessórios Inclusos (mínimos esperados):- 01 cabo de força destacável (PP IEC) - 01 cabeçote transdutor com áreas de radiação de 3 cm ² e 7 cm ² - 01 bisnaga de gel condutor incolor neutro (mínimo 100g) - 01 fusível de proteção sobressalente - 01 cartela de fusíveis – Manual de operação (versão digital ou impressa)					
3	<p>Aparelho de eletroestimulação transcutânea destinado à aplicação das correntes TENS (Estimulação Elétrica Nervosa Transcutânea), FES (Estimulação Elétrica Funcional) e Russa, por meio de eletrodos aplicados diretamente sobre a pele do paciente. Indicado para tratamentos de analgesia, fortalecimento muscular e reabilitação neuromuscular. Possui tecnologia de controle digital, com interface intuitiva, proporcionando maior precisão nos parâmetros de terapia.</p> <p>Corrente TENS e FES: Modo de operação: sincronizado e recíproco, Intensidade: de 0 a 250 mA, Frequência: de 0,5 a 250 Hz, Pulso: de 50 a 500 µs.</p> <p>Corrente Russa: Modo de operação: contínuo, sincronizado, recíproco, Intensidade: de 0 a 250 mA, Frequência: de 10 a 100 Hz, Pulso: 50 Hz</p> <p>Capacidade para 32 protocolos pré-programados e 20 programáveis pelo usuário</p> <p>Registro na ANVISA como equipamento eletromédico de uso terapêutico</p> <p>Características Técnicas: Tecnologia de operação microcontrolada.</p> <p>Correntes disponíveis: TENS, FES e Russa</p> <p>4 canais de saída, com controle de intensidade independente.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Display gráfico em LCD azul - Teclas soft touch (toque suave) 	207764-7	Und.	6	R\$ 2.894,24	R\$ 17.365,44

	<p>Modos de operação: contínuo, sincronizado e recíproco</p> <p>Portátil, Alimentação elétrica bivolt automática (100 a 240V ~ 60 Hz).</p> <p>Acessórios Inclusos:</p> <p>Eletrodos de borracha condutiva (mínimo de 16 unidades, 5 x 5 cm)</p> <p>Bolsa para transporte;</p> <p>Gel condutor incolor neutro (mínimo 1 kg);</p> <p>Faixas elásticas para fixação dos eletrodos (mínimo 2 unidades)</p> <p>Cabos para conexão dos eletrodos (mínimo 2 kits)</p> <p>Cabo de força destacável</p> <p>- Fusíveis de proteção sobressalentes</p> <p>- Acesso ao manual de instruções digital ou físico.</p>					
4	<p>Exercitador para Fortalecimento e Reabilitação Muscular: equipamento para reabilitação e fortalecimento de membros inferiores e superiores que otimiza os procedimentos de mobilização realizados por fisioterapeutas dentre outros profissionais da saúde.</p> <p>CARACTERÍSTICAS:</p> <p>Portátil, facilitando o transporte</p> <p>Versátil, possibilitando diversos exercícios.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Combina exercícios de membros inferiores com membros superiores. • Manuseio simples e Intuitivo. • Ancoragem dos elastômeros nas duas extremidades do equipamento • Leve, otimizando seu uso sobre o leito em hospitais 	224150-1	Und.	9	R\$ 3.244,61	R\$ 29.201,49

<ul style="list-style-type: none"> • Fácil higienização <p>ESPECIFICAÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 6 unidades de carga elásticas com 3 tipos de resistências ajustáveis manualmente; <p>Alça e rodízios para transporte</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prancha com ângulo de inclinação variando de 0 a 90°; <p>Ganchos laterais para ancoragem de elásticos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escala de amplitude de movimento graduada de 0 a 10; • Dispositivo STOP para limitação do movimento. 					
VALOR GLOBAL ESTIMADO**					R\$ 90.635,17

3.3 A licitação observará o seguinte:

☐ Item único;

☒ Divisão em itens, conforme tabela do item 3.2 deste edital;

☐ Lotes, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do TR, facultando-se ao LICITANTE a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem; ou

☐ Lote único, formado por 02 (dois) itens, conforme tabela constante no TR, devendo o LICITANTE oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

CLÁUSULA 4 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

4.1 Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

a. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2 O LICITANTE se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do PROMOTOR por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

4.3 É de responsabilidade do LICITANTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no **item 4.1** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

4.4 A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no **item 4.1** poderá motivar a inabilitação do LICITANTE por descumprimento do dever constante no item anterior.

4.5 Será concedido tratamento favorecido para as MEs, EPPs, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal n.º 14.133/21, para o Microempreendedor Individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar Federal n.º 123/06 e na Lei Estadual n.º 8.417/16.

4.6 Não poderão disputar esta licitação:

4.6.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

4.6.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.6.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.6.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.6.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.6.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal n.º 6.404/76, concorrendo entre si;

4.6.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;

4.6.8 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

4.7 É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou da execução do contrato.

4.8 Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

4.9 O impedimento de que trata a **alínea d do item 4.6** será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.

4.10 Desde que o órgão ou entidade julgue necessário para o atendimento da necessidade que motiva a contratação, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as **alíneas b e c do item 4.6** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.11 As empresas integrantes do mesmo grupo econômico também são consideradas como autoras do projeto.

4.12 O disposto nas **alíneas b e c do item 4.6** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como obrigação do contratado a elaboração do projeto executivo.

4.13 A proibição do **item 4.7** também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

CLÁUSULA 5 – FASES DA LICITAÇÃO, APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 A licitação terá as seguintes fases:



5.2 Os LICITANTES deverão cadastrar exclusivamente suas propostas por meio do sistema eletrônico com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a abertura da sessão pública.

5.2.1 Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

5.3 No cadastramento da proposta inicial, o LICITANTE declarará em campo próprio que:

- a. Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;

- c. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- d. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- e. Se o LICITANTE for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal n.º 14.133/21.

5.4 As MEs, EPPs ou sociedade cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal n.º 123/06 e podem usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4.1 Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo “*não*” impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;

5.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo “*não*” apenas impedirá que o LICITANTE se beneficie do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123/06, mesmo que ele seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

5.5 A realização de declarações falsas nos itens 5.3 e 5.4 sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.

5.6 Os documentos que compõem a proposta dos LICITANTES convocados pelos agentes de contratação para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público.

5.7 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.8 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo proibido:

- a. A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *menor preço*; e
- b. A inserção de percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *maior desconto*.

5.9 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.7 será **sigiloso** para os demais LICITANTES e para o PROMOTOR, mas pode ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno da administração.

5.10 Caberá ao LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se

responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.

5.11 O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

CLÁUSULA 6 – PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O LICITANTE deverá enviar sua proposta contendo duas casas decimais, com o valor unitário exato (sem dizimas) por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:

- a) ☒ Valor do item/Lote.
- b) Marca
- c) Fabricante
- d) Descrição do objeto similar ao termo de referência

6.2 O LICITANTE está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta.

6.3 Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do LICITANTE e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do **item 7.12**.

6.5 Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.6 A apresentação das propostas se obriga a cumprir o que nelas estão contidas e em conformidade com o TR.

6.7 Em virtude do compromisso previsto no **item 6.6**, o LICITANTE que apresenta proposta está obrigado a executar o objeto licitado nos termos da proposta, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidades e qualidades adequadas à execução contratual, promovendo sua substituição, quando requerido.

6.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação.

6.9 Os LICITANTES devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas:

a. O descumprimento das regras deste item pode causar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

1. Determinação, aos envolvidos, de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX, da CF/88; e/ou
2. Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Tesouro, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

CLÁUSULA 7 – ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1 A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.3 A não desclassificação da proposta não impede que ela seja julgada desclassificada, por ocasião de sua aceitação definitiva.
- 7.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.
- 7.5 Apenas as propostas classificadas participarão da fase de lances.
- 7.6 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o PREGOEIRO e os LICITANTES.
- 7.7 Iniciada a fase de lances, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.8 O lance deverá ser ofertado do seguinte modo: menor preço
- 7.9 Os LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 7.10 O LICITANTE somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital.
- 7.11 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances ofertados pelos LICITANTES será de **R\$ 0,50 (cinquenta centavos)**.
- 7.12 O LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.13 O procedimento observará modo de disputa adotado da seguinte forma:

Modo de Disputa	Regras
<input checked="" type="checkbox"/> Aberto	<p>a. No modo de disputa aberto, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.</p> <p>b. A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos da sessão pública.</p> <p>c. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.</p> <p>d. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.</p> <p>e. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o</p>

reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

f. Após o reinício previsto na alínea anterior, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14 Após o término dos prazos estabelecidos no item 7.13, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço, de valores.

7.15 Não serão aceitos 2 ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.

7.16 Durante o transcurso da sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.

7.17 No caso de desconexão com o PREGOEIRO durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.

7.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o PREGOEIRO durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 horas da comunicação deste fato pelo PREGOEIRO aos LICITANTES, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19 Caso o LICITANTE não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

7.20.1 Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

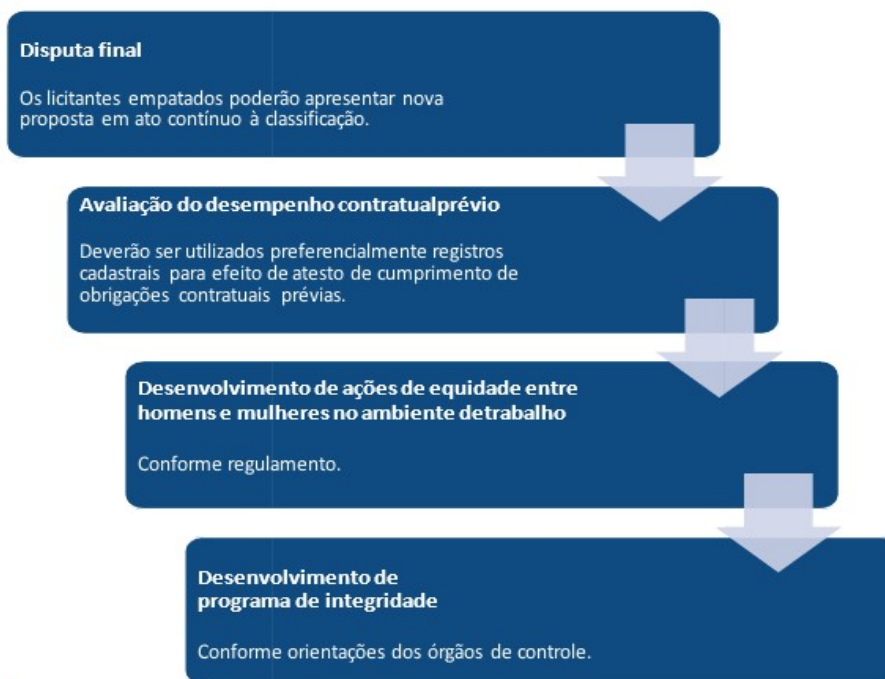
7.20.2 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir comunicação automática para tanto.

7.20.3 Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

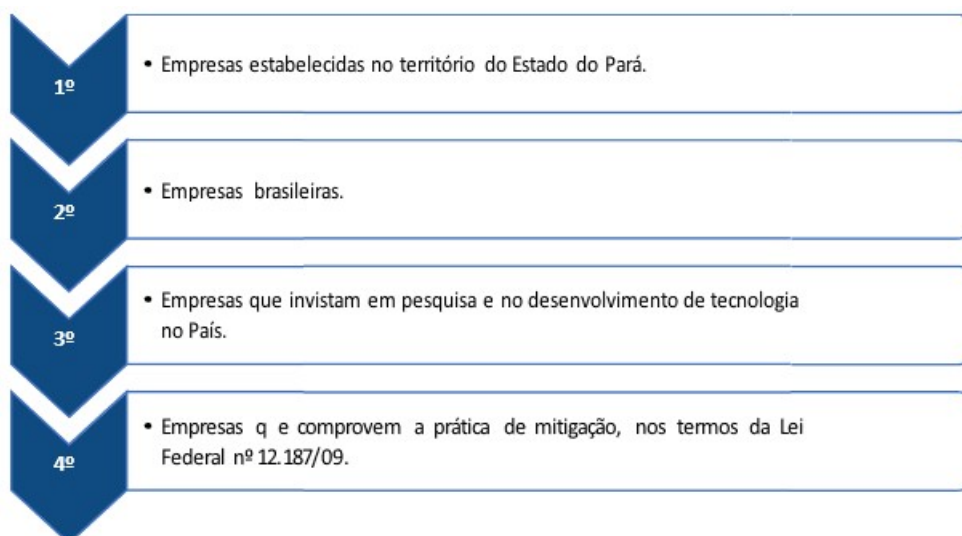
7.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1º poderá apresentar melhor oferta.

7.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:



7.23 Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:



7.24 Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o PREGOEIRO poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.

7.25 Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Administração, a negociação poderá ser feita com os demais LICITANTES, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

7.26 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

7.27 O resultado da negociação será divulgado a todos os LICITANTES e anexado aos autos do processo licitatório.

7.28 O PREGOEIRO solicitará ao LICITANTE mais bem classificado que, no prazo de 2 horas, envie a proposta

adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.29 É facultado ao PREGOEIRO prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo LICITANTE, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

7.30 Após a negociação do preço, o PREGOEIRO iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

CLÁUSULA 8 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 Encerrada a negociação do preço, o PREGOEIRO verificará se o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, **mediante a consulta aos seguintes cadastros:**

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa LICITANTE e de seu sócio majoritário, considerando a proibição do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.

8.3 Caso a consulta mostre OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS, o PREGOEIRO verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, **de acordo com o seguinte procedimento:**

- a) A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar;
- b) O LICITANTE será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação;
- c) Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o LICITANTE será julgado inabilitado.

8.4 O procedimento de habilitação será iniciado depois de constada a capacidade do LICITANTE participar.

8.5 Caso o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o PREGOEIRO verificará se ele faz *jus* ao benefício, em conformidade com este Edital.

8.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o PREGOEIRO examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) Contiver vícios que não possam ser sanados;

- b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no TR;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- e) Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado.

8.8 É indício de inexequibilidade das propostas a apresentação de valores inferiores a 50% do valor estimado pela Administração. Nesses casos, caberá ao Pregoeiro promover a análise da exequibilidade da proposta apresentada, com especial atenção aos seguintes aspectos:

a) Verificação detalhada da composição dos custos apresentados pelo licitante, incluindo, mas não se limitando a:

- Custos diretos e indiretos;
- Tributos incidentes na entrada e saída de mercadorias;
- Despesas com frete e logística;
- Mão de obra, quando aplicável;
- Encargos sociais, trabalhistas e previdenciários;
- Margem de lucro mínima aceitável para a atividade em questão.

b) Análise da viabilidade econômica da proposta diante da ausência ou insuficiência de custos de oportunidade, os quais poderiam, eventualmente, justificar a apresentação de valores significativamente inferiores à média de mercado.

8.9 A constatação de que os custos necessários à execução contratual superam o valor da proposta, ou de que não há justificativas plausíveis para a redução extrema dos preços, configura forte indício de inexequibilidade, devendo a proposta ser desclassificada nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.10 Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas **a** e **b** do item anterior autoriza a constatação da inexequibilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.

8.11 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.12 Caso o TR exija a apresentação de amostra, o LICITANTE classificado em 1º lugar deverá apresentá-la conforme ali descrito, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13 A proposta do LICITANTE **será recusada nos seguintes casos:**

- a) Não entrega ou entrega atrasada da amostra, sem que tenha havido justificativa aceita pelo PREGOEIRO; ou
- b) Entrega no prazo, mas fora das especificações previstas no TR.

8.14 Se a amostra apresentada pelo 1º classificado não for aceita, o PREGOEIRO analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo 2º classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a

verificação de uma que atenda às especificações constantes no TR.

CLÁUSULA 9 – HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Item REQUISITOS DA CONTRATADA do TR serão exigidos para habilitação técnica do LICITANTE, os documentos emitidos pela ANVISA serão analisados por profissionais da presente FPEHCGV, como validade de registro e tecnovigilância do produto, a não apresentação dos documentos exigidos ou a apresentação de documentos em desconformidade com os requisitos legais e técnicos implicará a inabilitação do licitante, nos termos da Lei nº 14.133/2021:

9.1.1 Autorização de funcionamento da empresa (AFE), fornecido pela ANVISA/MS com prazo de validade vigente;

9.1.2 Licença de Funcionamento fornecida pela vigilância sanitária estadual ou Municipal, para o licitante onde se encontra sediada empresa;

9.1.3 Registro dos insumos e equipamentos junto a ANVISA /MS com prazo de validade vigente, caso não seja exigido seu registro apresentar documento de dispensa;

9.1.4 Catálogos técnicos e/o prospecto e/ou manual de todos os itens;

9.1.5 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

9.1.5.1 Apresentação de pelo menos um **Atestado(s) de Capacidade Técnica** (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento dos objetos compatível em características com o objeto da licitação, com a emissão de no máximo 02 (dois) anos.

OBS:

1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;
2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;
3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
4. O atestado de capacidade técnica emitido por **pessoa jurídica de direito privado** deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição detalhada do objeto, quantidades e prazos de fornecimento dos materiais.
5. Quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.

6. Todas as informações prestadas no Atestado de Capacidade Técnica estarão sujeitas a verificação e confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade através de diligência, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas. Por decisão do Pregoeiro, poderá ser aberto prazo ao licitante para atendimento a diligência, que poderá ser realizada por convocação através do próprio sistema comprasnet.
7. Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) e correspondentes ao(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados.

9.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2.1 A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada art. 66 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2 As habilitações Fiscal (Federal, Estadual e Municipal), social e Trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos requisitos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021 a seguir:

9.2.2.1 A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.2.2.2 A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.2.2.3 A regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou municipal do domicílio ou sededo licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.2.2.4 A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.2.2.5 A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

9.2.2.6 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

9.2.3 Para fins de demonstração da Qualificação Econômico-Financeira, a Licitante vencedora deverá apresentar por meio eletrônico (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):

9.2.3.1 Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei;

9.2.4 Assinado pelo profissional contábil e pelo titular ou representante legal da empresa;

9.2.5 Acompanhado do Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário autenticados pela Junta Comercial ou órgão equivalente;

9.2.6 Acompanhado de Notas Explicativas;

9.2.7 Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas: $LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$; $SG = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$ e $LC = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.

9.2.8 Devem constar a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior (análise comparativa da situação financeira);

9.2.8.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo Balanço de Abertura.

9.2.8.2 O Licitante que apresentar resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices citados no item acima, quando da habilitação, deverá comprovar, considerados os riscos para a Fundação FPEHCGV, o Capital ou Patrimônio Líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação (§ 4º do art. 69 da Lei n.º 14.133/2021).

9.2.8.3 Com relação ao Balanço Patrimonial deverá, ainda, a licitante observar o seguinte:

- a) As empresas obrigadas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) devem apresentar suas demonstrações contábeis por esse sistema, acompanhadas das Notas Explicativas e do Recibo de Entrega à Secretaria da Receita Federal;
- b) Empresas OPTANTES pelo regime de tributação do Simples Nacional devem apresentar o Comprovante da Opção, obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional>
- c) As sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedades anônimas), deverão apresentar o Balanço Patrimonial em conformidade com a referida Lei, e, estando sujeitas à Escrituração Digital Eletrônica (ECD), também ficarão sujeitas à apresentação das informações extraídas do SPED Contábil.

9.3 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor do juízo da sede da pessoa jurídica, emitida nos últimos 90 (noventa) dias que antecederem a data de abertura da sessão do presente certame.

9.3.1 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei Federal nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.4 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.5 Se o LICITANTE vencedor for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/16, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.6 Os documentos exigidos para a habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio eletrônico.

9.7 Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal n.º 14.133/21.

9.8 Será verificado se o LICITANTE apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.9 Será verificado se o LICITANTE apresentou no sistema a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.

9.10 O LICITANTE deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

9.11 A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos abrangidos por ele.

9.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12 A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões pelo PREGOEIRO constitui prova para fins de habilitação.

9.13 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, como jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 horas**. Por decisão do pregoeiro, o prazo pode ser prorrogável por igual período, desde que haja solicitação motivada do licitante.

9.14 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao LICITANTE vencedor.

9.15 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência para:

9.15.1 Complementação de informações sobre os documentos apresentados pelo LICITANTE e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação; e

9.15.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.16 Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17 Se o LICITANTE não atender às exigências para habilitação, o PREGOEIRO examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **item 9.13**.

9.18 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos o procedimento de habilitação.

9.19 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e EPPs somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

CLÁUSULA 10 – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA

Trav. Alferes Costa, n. 2.000. Pedreira. Belém. Pará. Brasil. 66.083-106.

Tel.: (91) 4005.2500. Email: cpfhcgv@gasparvianna.pa.gov.br

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao LICITANTE declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

10.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

CLÁUSULA 11 – RECURSOS

11.1 A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de LICITANTES, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

11.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do LICITANTE, deve-se observar o seguinte, conforme determinado no art. 40 do Decreto Estadual nº 2.940/2023:

- a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo não inferior a 10(dez) minutos, sob pena de não ser possível apresentar o recurso; e
- b) O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, **a qual poderá:**

- a) Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis; ou
- b) Encaminhar o recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, para a autoridade superior, que deverá decidi-lo no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais LICITANTES será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente emita a sua decisão final.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.

11.10 Os autos do processo permanecerão acessíveis aos interessados por meio do Portal Comprasnet.

CLÁUSULA 12 – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Constituem infrações administrativas do LICITANTE a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
----------	------------

<p>a. Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo PREGOEIRO durante o certame;</p> <p>b. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação; 2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; 3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; 4. Deixar de apresentar amostra; 5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital; <p>c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p>	<p style="text-align: center;">Multa</p> <p style="text-align: center;">0,5% a 15% do valor do contrato licitado.</p> <p style="text-align: center;">e</p> <p style="text-align: center;">Impedimento de licitar e contratar*</p>
<p>d. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;</p> <p>e. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação;</p> <p>f. Fraudar a licitação;</p> <p>g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Agir em conluio ou contra a lei; 2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento; 3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada; <p>h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;</p> <p>i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.</p>	<p style="text-align: center;">Multa</p> <p style="text-align: center;">15% a 30% do valor do contrato licitado.</p> <p style="text-align: center;">e</p> <p style="text-align: center;">Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</p>

12.2 As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do LICITANTE ou adjudicatário.

12.3 As sanções previstas no **item 12.1** não excluem as responsabilidades civil e criminal dos envolvidos.

12.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) As peculiaridades do caso concreto.
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.5 A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

12.6 As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

12.7 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.8 A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará.

12.9 A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.10 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na **alínea c do item 12.1**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do PROMOTOR.

12.11 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE ou o adjudicatário para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12 **Da aplicação das sanções multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis observado o seguinte:**

a) O prazo para recorrer se inicia na data da intimação;

b) O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.13 Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá a pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

12.14 O recurso a que se refere o **item 12.12** deverá ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.15 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.

12.16 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA 13 – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

13.1 Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

13.2 A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

13.3 A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4 A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico, pelo e-mail: cplfhcgv@gasparvianna.pa.gov.br e as respostas serão disponibilizadas no portal www.gov.br/compras.

13.5 As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.

13.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no Dec. Estadual n.º 2.940, de 2023.

CLÁUSULA 14 – DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo PREGOEIRO.

14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os LICITANTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

14.8 Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

14.11 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas, no Portal Comprasnet e no Portal do ComprasPará.

14.12 A empresa licitante, ao participar deste certame, declara-se ciente de todas as condições e cláusulas constantes do edital e seus anexos, assumindo integral responsabilidade pelo seu fiel cumprimento.

14.13 O licitante vencedor será convocado pela Administração para assinar o Contrato, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

14.14 O Setor de Contratos solicitará à empresa adjudicatária a apresentação dos dados bancários do **BANPARÁ**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Caso a empresa não possua conta na referida instituição financeira, deverá apresentar o **Anexo III**, nos termos da cláusula 14.17 deste Edital, comprometendo-se à adoção das providências necessárias para sua regularização.

14.15 O prazo de validade do Contrato será aquele expressamente fixado no respectivo instrumento contratual, observadas as disposições legais aplicáveis.

14.16 Na hipótese de o convocado não assinar o Contrato no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições propostas pelo primeiro classificado, sem prejuízo da adoção das providências administrativas pertinentes.

14.17 Fica ainda estabelecido que a empresa adjudicatária se compromete a realizar a abertura de conta bancária junto ao **Banco do Estado do Pará – BANPARÁ** (conforme anexo III), para fins de recebimento de valores decorrentes da execução contratual, em conformidade com o Decreto Estadual nº 877, de 1º de abril de 2008, comprometendo-se a apresentar à Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna os respectivos dados bancários (agência e número da conta) no prazo máximo **de 5 (cinco) dias úteis** a partir da convocação da assinatura para o contrato.

14.18 Após a abertura da conta no BANPARÁ, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE, apresentando os respectivos comprovantes bancários, para que a alteração da conta de pagamento seja registrada mediante **APOSTILA**, conforme previsto no art.136, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.19 O descumprimento do prazo estabelecido na cláusula contratual ou ata de registro de preços poderá ensejar a aplicação das sanções cabíveis, na forma prevista na legislação vigente;

14.20 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, **os seguintes anexos**:

14.20.1 ANEXO I - Termo de Referência - Apêndice (ETP);

14.20.2 ANEXO II – Termo de Compromisso de Abertura de Conta;

14.20.3 ANEXO III – Minuta do Contrato.

Belém (PA), 15 de maio de 2026.

Drª Ana Lydia Ledo de Castro Ribeiro Cabeça

Diretora Presidente da FPEHCGV

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA
PROCESSO N.º 2975882/2025
UASG: 925449
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90008/2026
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Item	Descrição	Código SIMAS	Und	Qtd	Valor Unitário Estimado**	Total**
1	CUFFOMETRO: é um dispositivo manual e portátil utilizado para medir e ajustar com precisão a pressão de insuflação do cuff de sondas endotraqueais e cânulas de traqueostomia, contribuindo para a vedação adequada das vias aéreas e prevenção de lesões traqueais é indicado para ambientes hospitalares. CARACTERÍSTICAS: Relógio analógico com escala de 0 a 120 cmH ₂ O, Bulbo anatômico em material flexível, Botão de alívio de pressão e conexão lateral tipo luer macho para fácil acoplamento. De uso simples e sem necessidade de energia elétrica, Registro na ANVISA.	158304-2	Und	10	R\$ 3.195,92	R\$ 31.959,20
2	Equipamento de ultrassom terapêutico microcontrolado, destinado a tratamentos na área da reabilitação física e estética, com aplicação nas disfunções musculoesqueléticas, osteoarticulares e tecidos moles. Indicado para alívio da dor, redução de processos inflamatórios, edemas, regeneração tecidual e cicatrização. Conta com transdutor de alta frequência com capacidade para operar em duas frequências terapêuticas: 1 MHz: indicado para estruturas mais profundas (até 5 cm); 3 MHz: indicado para estruturas mais superficiais (1 a 2 cm de profundidade). O equipamento realiza a emissão do ultrassom nos modos contínuo e pulsado, com	210982-4	Und.	4	R\$ 3.027,26	R\$ 12.109,04

<p>frequência de repetição de pulso ajustável (100 Hz, 48 Hz ou 16 Hz), e razão de pulso configurável (1/2 – 50% ou 1/5 – 20%). Características Técnicas: - Frequências de operação: 1 MHz e 3 MHz Modos de emissão: contínuo ou pulsado Área efetiva de radiação (ERA): Cabeçote de 7 cm² com opção de uso nas frequências de 1 MHz ou 3 MHz (potência máxima: 21 W) Cabeçote de 3 cm² com frequência de 1 MHz (potência máxima: 3 W) Possibilidade de uso em terapia combinada Tecla de seleção de protocolos pré- programados (mínimo de 46) e protocolos personalizados (mínimo de 20) Display gráfico amplo para facilitar a visualização de configurações e protocolos. Necessário uso com gel condutor neutro Dados Técnicos: Alimentação elétrica: Bivolt automático (127/220V ~ 60). Dimensões aproximadas: 36 cm (L) x 31,5 cm (P) x 12,5 cm (A) - Peso aproximado (sem acessórios): 2,2 kg</p> <p>- Registro na ANVISA como equipamento eletromédico de uso Terapêutico Acessórios Inclusos (mínimos esperados):- 01 cabo de força destacável (PP IEC) - 01 cabeçote transdutor com áreas de radiação de 3 cm² e 7 cm² - 01 bisnaga de gel condutor incolor neutro (mínimo 100g) - 01 fusível de proteção sobressalente - 01 cartela de fusíveis – Manual de operação (versão digital ou impressa).</p>					
--	--	--	--	--	--

3	<p>Aparelho de eletroestimulação transcutânea destinado à aplicação das correntes TENS(Estimulação Elétrica Nervosa Transcutânea), FES (Estimulação Elétrica Funcional) e Russa, por meio de eletrodos aplicados diretamente sobre a pele do paciente. Indicado para tratamentos de analgesia, fortalecimento muscular e reabilitação neuromuscular. Possui tecnologia de controle digital, com interface intuitiva, proporcionando maior precisão nos parâmetros de terapia.</p> <p>Corrente TENS e FES: Modo de operação: sincronizado e recíproco, Intensidade: de 0 a 250 mA, Frequência: de 0,5 a 250 Hz, Pulso: de 50 a 500 µs.</p> <p>Corrente Russa: Modo de operação: contínuo, sincronizado, recíproco, Intensidade: de 0 a 250 mA, Frequência: de 10 a 100 Hz, Pulso: 50 Hz</p> <p>Capacidade para 32 protocolos pré- programados e 20 programáveis pelo usuário</p> <p>Registro na ANVISA como equipamento eletromédico de uso terapêutico</p> <p>Características Técnicas: Tecnologia de operação microcontrolada.</p> <p>Correntes disponíveis: TENS, FES e Russa</p> <p>4 canais de saída, com controle de intensidade independente.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Display gráfico em LCD azul Teclas soft touch (toque suave) <p>Modos de operação: contínuo, sincronizado e recíproco</p> <p>Portátil, Alimentação elétrica bivolt automática (100 a 240V ~ 60 Hz).</p> <p>Acessórios Inclusos:</p>	207764-7	Und.	6	R\$ 2.894,24	R\$ 17.365,49
---	--	----------	------	---	--------------	---------------

	<p>Eletrodos de borracha condutiva (mínimo de 16 unidades, 5 x 5 cm)</p> <p>Bolsa para transporte;</p> <p>Gel condutor incolor neutro (mínimo 1 kg);</p> <p>Faixas elásticas para fixação dos eletrodos (mínimo 2 unidades) Cabos para conexão dos eletrodos (mínimo 2 kits)</p> <p>Cabo de força destacável</p> <p>- Fusíveis de proteção sobressalentes</p> <p>- Acesso ao manual de instruções digital ou físico.</p>					
--	--	--	--	--	--	--

4	<p>Exercitador para Fortalecimento e Reabilitação Muscular: equipamento para reabilitação e fortalecimento de membros inferiores e superiores que otimiza os procedimentos de mobilização realizados por fisioterapeutas dentre outros profissionais da saúde.</p> <p>CARACTERÍSTICAS</p> <p>Portátil, facilitando o transporte</p> <p>Versátil, possibilitando diversos exercícios.</p> <p>Combina exercícios de membros inferiores com membros superiores.</p> <p>Manuseio simples e Intuitivo.</p> <p>Ancoragem dos elastômeros nas duas extremidades do equipamento</p> <p>Leve, otimizando seu uso sobre o leito em hospitais</p> <p>Fácil higienização</p> <p>ESPECIFICAÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 6 unidades de carga elásticas com 3 tipos de resistências ajustáveis manualmente; Alça e rodízios para transporte • Prancha com ângulo de inclinação variando de 0 a 90° Ganchos laterais para ancoragem de elásticos • Escala de amplitude de movimento graduada de 0 a 10 • Dispositivo STOP para limitação do movimento 	224150-1	Und.	9	R\$ 3.244,61	R\$ 29.201,49
VALOR GLOBAL ESTIMADO**						R\$ 90.635,17
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO						

QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?	<p>Solicita-se a aquisição de equipamentos específicos para o Setor Biopsicossocial da Fundação Hospital das Clínicas Gaspar Vianna como medida estratégica para fortalecer a capacidade de resposta terapêutica da instituição. A solicitação visa atender à crescente demanda por atendimentos terapêuticos qualificados, considerando o desgaste dos equipamentos atualmente em uso, a necessidade de modernização tecnológica e o compromisso com práticas assistenciais seguras e baseadas em evidências. A incorporação desses dispositivos possibilitará a continuidade de um cuidado resolutivo e seguro, em consonância com diretrizes clínicas nacionais e internacionais, contribuindo significativamente para a qualidade da assistência prestada.</p> <p>Entre os principais benefícios esperados, destaca-se a redução do tempo de internação, a prevenção de complicações clínicas e a diminuição dos custos hospitalares, a partir da atuação mais efetiva da fisioterapia em diferentes etapas do processo de recuperação do paciente. Equipamentos como o cuffômetro, o ultrassom terapêutico, dispositivos de eletroestimulação e aparelhos de reabilitação de membros superiores e inferiores são fundamentais para garantir a segurança, a funcionalidade e a reabilitação precoce dos pacientes hospitalizados. Dessa forma, a presente solicitação justifica-se não apenas pela necessidade técnica e clínica, mas também pelo impacto positivo que trará à eficiência assistencial e à sustentabilidade institucional.</p>
NATUREZA DO BEM	
<p><input checked="" type="checkbox"/> Comum</p> <p><input type="checkbox"/> Especial.</p>	
PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO BEM	
HAVERÁ PROVA DE QUALIDADE?	<p><input type="checkbox"/> Sim. Justificativa:</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>
O EDITAL EXIGIRÁ AMOSTRA?	<p><input type="checkbox"/> Sim. Justificativa:</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>
HAVERÁ GARANTIA DO BEM?	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado deverá prestar garantia dos bens indicados nos itens 1,2, 3 e 4 por, no mínimo, 12 meses, a partir do seu recebimento pela contratante.</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>
HAVERÁ ASSISTÊNCIA TÉCNICA?	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado prestará assistência técnica em relação aos bens indicados nos itens 2, 3 e 4, durante 12 meses, a partir do seu recebimento pela contratante, <i>por meio de empresa credenciada contratada por ele</i>, sem custo para a administração pública.</p> <p><input type="checkbox"/> Não será prestada assistência técnica em relação aos itens x e y.</p>
CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	

<p>FORMA DE CONTRATAÇÃO</p>	<p><input type="checkbox"/> Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, Y, da Lei Federal nº 14.133/21.</p> <p><input type="checkbox"/> Dispensa de licitação em razão do valor*, com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21.</p> <p>* Nesta hipótese, deve-se utilizar preferencialmente a dispensa eletrônica.</p> <p><input type="checkbox"/> Dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, Y, da Lei Federal nº 14.133/21.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Pregão eletrônico.</p>
<p>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Menor preço.</p> <p><input type="checkbox"/> Maior desconto.</p>
<p>O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim. Justificativa:</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>

<p>CRITÉRIO PARA A PROPOSTA</p> <p>SER ACEITA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A proposta deve observar o valor unitário e global máximo aceitável conforme planilha de composição de preços do orçamento estimado. • A proposta de preço deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa, contendo todos os dados que identifiquem a empresa, como a razão social, CNPJ, endereço completo, telefone fixo, e-mail, informações bancárias e assinadas pelo representante legal da empresa. <p>Apresentar, referente ao produto ofertado, em cada item, de forma clara e inequívoca no objeto licitado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicação do valor unitário e total de cada item e o valor total da proposta, que o fornecedor se propõe a entregar, em algarismo e por extenso, já incluídas, discriminadamente, todas e quaisquer despesas tais como frete, taxas, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas e impostos, inclusive o desembaraço alfandegário, dentre outras, observadas as isenções previstas na legislação, com cotações em moeda corrente nacional e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência. <p><u>Em relação, especificamente, ao equipamento:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentar, referente ao produto ofertado, em cada item, de forma clara e inequívoca no objeto licitado e ainda vir acompanhada conforme a seguir: <p>Nome do fabricante, marca/modelo e número do produto no Ministério da Saúde/ANVISA, no caso de equipamento.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Procedência do produto (País de origem). • Prazo de garantia contra defeito de fabricação. • Prazo de montagem (início e término) – para os todos os itens, do termo de referência; <ul style="list-style-type: none"> - Deverá ser enviado em anexo à proposta da licitante: - Deverá ser enviado em anexo à proposta da licitante: - Comprovante do Registro, Cadastramento ou Notificação do produto ofertado Ministério da Saúde do Brasil/ANVISA, ou comprovação da ausência desta obrigatoriedade, quando for equipamento médico hospitalar. - Deverá também ser enviado em anexo à proposta, para efeito de julgamento técnico do produto que a licitante está disputando catálogo descritivo e figurado do item ofertado. <p>O licitante deverá declarar na proposta que entregará os produtos com prazo de validade, na forma disposta neste Termo de Referência.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Toda proposta apresentada será considerada com prazo de validade de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação, salvo se da mesma constar prazo superior, quando então prevalecerá este prazo.
<p>HÁ ITENS COM PARTICIPAÇÃO</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim. Indicar os itens:</p>

<p>EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Não. Os equipamentos descritos neste documento são dispositivos que podem ser fornecidos por empresas de menor porte, comumente encontrados no mercado de distribuição de produtos para fisioterapia e reabilitação. Estes itens não exigem tecnologia restrita, fabricação de grande escala ou representações exclusivas, sendo compatíveis com a capacidade produtiva e comercial de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme demonstrado na realidade do mercado nacional.</p>
<p>REQUISITOS DA CONTRATADA</p>	
<p>SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.</p>
<p>QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Autorização de funcionamento da empresa (AFE), fornecido pela ANVISA/MS com prazo de validade vigente. 2) Licença de Funcionamento fornecida pela vigilância sanitária estadual ou Municipal, para o licitante onde se encontra sediada empresa. 3) Registro dos insumos e equipamentos junto a ANVISA /MS com prazo de validade vigente, caso não seja exigido seu registro apresentar documento de dispensa. 4) Catálogos técnicos e/o prospecto e/ou manual de todos os itens. 5) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso. <ol style="list-style-type: none"> 1.1 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor. 1.2 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos. 1.3 Apresentação de pelo menos um Atestado(s) de Capacidade Técnica (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento dos objetos compatível em características com o objeto da licitação, com a emissão de no máximo 02 (dois) anos. 1.4 O atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição detalhada do objeto,

	<p>quantidades e prazos de fornecimento dos materiais.</p> <p>1.5 Quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.</p> <p>1.6 Todas as informações prestadas no Atestado de Capacidade Técnica estarão sujeitas a verificação e confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade através de diligência, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas. Por decisão do Pregoeiro, poderá ser aberto prazo ao licitante para atendimento a diligência, que poderá ser realizada por convocação através do próprio sistema comprasnet.</p> <p>1.6 Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) e correspondentes ao(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados.</p>
<p>HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?</p>	<p>De acordo com o artigo 9.º do decreto estadual nº 4.193</p> <p>São critérios sustentáveis para a licitação e contratação de bens, dentre outros previstos em edital:</p> <p>I - A utilização de bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico e biodegradável, conforme as normas técnicas aplicáveis;</p> <p>II - O atendimento aos requisitos ambientais para a obtenção de certificação pelos órgãos competentes como produtos sustentáveis e/ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;</p> <p>III - a utilização, preferencial, de embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;</p> <p>IV - Não utilização de bens e produtos com substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances) e outras diretivas similares, tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente [Cr (VI)], cádmio (Cd), bifênil-polibromados (PBB's) e éteres difênil-polibromados (PBDE's); e</p> <p>V - Maior ciclo de vida e menor custo de manutenção do bem.</p> <p>§1º O edital poderá indicar as normas técnicas a serem exigidas para adequação dos bens e serviços aos padrões de sustentabilidade.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p>

	<p>§ 2º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio indicado no edital.</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>
HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA?	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p> <p>Risco 1: Sofrer penalidades, caso não cumpra todos os requisitos do contato.</p> <p>Risco 2: Arcar com os custos adicionais, resultante de variações de valores no mercado, até que seja comprovado a necessidade de reequilíbrio e submissão de aprovação por parte da administração pública.</p> <p>Risco 3: Arcar com todos os custos, em função da necessidade de troca/ reposição de produtos, oriundo de avarias, desvio ou não atendimento das condições especificadas neste Termo de Referência</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
FORMA DE ENTREGA DO BEM	
COMO O BEM DEVE SER ENTREGUE?	<p><input checked="" type="checkbox"/> O bem deve ser totalmente entregue de uma só vez, no prazo de 30 dias corridos a contas do recebimento da nota de empenho.</p> <p><input type="checkbox"/> O bem deve ser entregue em X parcelas, sendo a 1ª em até Y dias, a contar do recebimento da nota de empenho, e as demais, conforme necessidade da contratante dentro do prazo de vigência contratual, mediante seu aviso com Z dias de antecedência.</p>
LOCAL E HORA DA ENTREGA DO BEM	Os equipamentos deverão ser entregues no Almoxarifado da FHCGV, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 08h às 16h (exceto feriados e fins de semana), situado na Trav. Alferes Costa n.º 2000 - Bairro da Pedreira – CEP: 66.083-106, município de Belém-PA.
PRAZO MÁXIMO DE VALIDADE	O seu prazo de validade na data da entrega não poderá ser menor que 75%, conforme prazo total recomendado pelo fabricante.
PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO	
PRAZO DO CONTRATO	<p><input type="checkbox"/> 30 dias (pronta entrega).</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> 12 meses.</p>
HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?	<p><input type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>
FORMA DE PAGAMENTO	<p>Meio Ordem bancária.</p> <p>Onde? Conta corrente da contratada no Banco do Estado do Pará, conforme Decreto Estadual n.º 877/2008.</p> <p>Qual o prazo? Até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.</p>

A regularidade fiscal pode ser provada:

Prova da regularidade fiscal

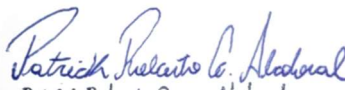
1. Por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante.
- ou
2. Pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.

QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?	<input checked="" type="checkbox"/> 5% do valor inicial do contrato.	Justificativa: (O percentual somente pode ser superior a 5% mediante justificativa na complexidade técnica ou nos riscos envolvidos, não podendo ser superior a 10%).
	<input type="checkbox"/> Não há.	Justificativa: (A não exigência de garantia deve ser justificada).

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO	Funcional Programática: 10.302.1507.8288; Elemento de Despesa: 339030; Fonte do Recurso: 01659000061, 01659000069, 01500100203, 01500000001, 01601000049 e suas respectivas subfontes e superavits.
RESPONSÁVEL PELA GESTÃO /FISCALIZAÇÃO DA ATA/CONTRATO	Aliane Suely de Souza Mendes Mouta Matrícula:57194952 Setor: SBPS.

Belém (PA), 16 de julho de 2025.


 Patrick Roberto Gomes Abdoral
 FISIOTERAPEUTA
 CREFITO-12/343678,1-F

PATRICK ROBERTO GOMES ABDORAL
NOME DO SERVIDOR
CARGO: FISIOTERAPEUTA MATRÍCULA: 5988609

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA

PROCESSO N.º 2975882/2025

UASG: 925449

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90008/2026

ANEXO III - APÊNDICE DO TERMO DE REFERÊNCIA – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE	
QUAL A NECESSIDADE A SER ATENDIDA?	<p>A aquisição dos equipamentos solicitados é essencial para qualificar e modernizar o atendimento fisioterapêutico oferecido pela Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna. Os recursos pleiteados, como cuffômetro, aparelhos de ultrassom terapêutico, eletroestimulação e dispositivos para reabilitação de membros superiores e inferiores, visam suprir a carência de dispositivos adequados e substituir equipamentos desgastados.</p> <p>Essa necessidade está diretamente relacionada à melhoria dos desfechos clínicos, com redução do tempo de internação, prevenção de complicações associadas ao ambiente hospitalar e otimização dos processos de reabilitação. Além disso, a aquisição permitirá a introdução de técnicas mais seguras, eficazes e alinhadas às diretrizes nacionais e internacionais, garantindo a continuidade da assistência e a valorização dos recursos públicos utilizados.</p>
DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO	
QUAL O TIPO DE OBJETO?	<input checked="" type="checkbox"/> Bem. <input type="checkbox"/> Serviço.
QUAL A NATUREZA?	<div> <input type="checkbox"/> Continuada. <input type="checkbox"/> Com monopólio. </div> <div> <input type="checkbox"/> Sem monopólio. </div>
	<input checked="" type="checkbox"/> Não continuada.
QUAL A VIGÊNCIA?	<input type="checkbox"/> 30 dias (pronta entrega) <input type="checkbox"/> 180 dias. <input checked="" type="checkbox"/> 12 meses. <input type="checkbox"/> Indeterminado.
	<input type="checkbox"/> dias. <input type="checkbox"/> Outro: nnn <input type="checkbox"/> meses. <input type="checkbox"/> anos.
PODERÁ HAVER PRORROGAÇÃO?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
	<input type="checkbox"/> Não se aplica porque o prazo é indeterminado.

HÁ TRANSIÇÃO COM CONTRATO ANTERIOR?	<input type="checkbox"/> Sim.	Contrato nº: nnnn/aaaa.
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	Prazo final: dd/mm/aaaa.
PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE	Item	Descrição detalhada
	1	Cuffômetro (Medidor de Pressão de Cuff de Sondas e Cânulas) Equipamento manual, portátil e de uso hospitalar, destinado à medição precisa da pressão de insuflação de cuff de sondas endotraqueais e cânulas de traqueostomia. Requisitos mínimos: <ul style="list-style-type: none"> • Relógio analógico com escala de leitura de 0 a 120 cmH₂O; • Bulbo insuflador anatômico em material flexível e de fácil manuseio; • Botão de alívio de pressão e conexão lateral tipo luer macho para acoplamento rápido e seguro; • Dispositivo de uso simples, sem necessidade de energia elétrica; • Registro ativo no banco da ANVISA; • Material resistente, leve e de fácil higienização; • Garantia mínima de 12 meses.
	2	Ultrassom Terapêutico (1 MHz e 3 MHz) Equipamento eletromédico microcontrolado, destinado à aplicação de ultrassom terapêutico em reabilitação musculoesquelética e tecidos moles. Requisitos mínimos: <ul style="list-style-type: none"> • Frequências operacionais: 1 MHz (tecidos profundos) e 3 MHz (tecidos superficiais); • Modos de emissão: contínuo e pulsado, com frequência de pulso ajustável (mínimo: 16, 48 e 100 Hz); • Razão de pulso configurável (mínimo 1/2 e 1/5);

		<ul style="list-style-type: none"> • Cabeçotes com áreas de radiação de 3 cm² e 7 cm², com potências proporcionais (mínimo: 3 W e 24 W, respectivamente); • Possibilidade de uso em terapia combinada; • No mínimo 46 protocolos pré-programados e 20 personalizáveis; • Display gráfico amplo com visualização clara dos parâmetros; • Alimentação elétrica bivolt automática (127– 220V ~ 60 Hz); • Acompanha gel condutor neutro, cabos, fusíveis sobressalentes e manual; • Registro ativo na ANVISA e certificação do INMETRO. • Garantia mínima de 12 meses.
	3	<p>Aparelho de Eletroestimulação (Correntes TENS, FES e Russa)</p> <p>Equipamento microcontrolado, portátil, para uso terapêutico em analgesia, reabilitação neuromuscular e fortalecimento muscular.</p> <p>Requisitos mínimos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Correntes disponíveis: TENS, FES e Russa; • Modos de operação: contínuo, sincronizado e recíproco; • Faixa de intensidade ajustável: 0 a 250 mA; • Frequência: <ul style="list-style-type: none"> ○ TENS/FES: 0,5 a 250 Hz, pulso de 50 a 500 µs; ○ Russa: frequência de 10 a 100 Hz, com pulso fixo de 50 Hz; • Mínimo de 4 canais independentes de saída com ajuste individual de intensidade; • Display gráfico em LCD e teclas soft touch; • Mínimo de 32 protocolos pré-programados e 20 personalizáveis; • Alimentação elétrica bivolt automática (100 a 240V ~ 60 Hz); • Acompanha: eletrodos condutivos (mín. 16), cabos, gel condutor (min. 1 KG), faixas de fixação, bolsa para transporte, fusíveis sobressalentes e manual (impresso ou digital). • Registro ativo na ANVISA e certificação do INMETRO. • Garantia mínima 12 meses.

	4	<p>Exercitador de Membros Superiores e Inferiores com Resistência Elástica</p> <p>Equipamento portátil e versátil destinado ao fortalecimento muscular e à mobilização de pacientes em leito hospitalar.</p> <p>Requisitos mínimos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estrutura portátil, leve e de fácil higienização; • Capacidade de uso em membros superiores e inferiores simultaneamente; • Prancha com inclinação ajustável de 0 a 90°; • Seis unidades de carga elástica com, no mínimo, três níveis de resistência ajustáveis; • Ganchos laterais para ancoragem dos elásticos; • Dispositivo STOP para limitação do movimento; • Escala de amplitude de movimento de 0 a 10; • Alça e rodízios para transporte integrado; • Registro na ANVISA, quando aplicável; • Garantia mínima de 12 meses.
<p>HÁ CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE ?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p>	<p>De acordo com o Art 9º do Decreto Estadual nº 4.193 de 18 de setembro de 2024: São critérios sustentáveis para a licitação e contratação de bens, dentre outros previstos em edital:</p> <p>I - a utilização de bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico e biodegradável, conforme as normas técnicas aplicáveis;</p> <p>II - o atendimento aos requisitos ambientais para a obtenção de certificação pelos órgãos competentes como produtos sustentáveis e/ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;</p> <p>III - a utilização, preferencial, de embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.</p> <p>IV - não utilização de bens e produtos com substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances) e outras diretivas similares, tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente [Cr(VI)], cádmio (Cd), bifenil- polibromados (PBB's) e éteres difenil-polibromados (PBDE's); e V - maior ciclo de vida e menor custo de manutenção do bem.</p> <p>§ 1º O edital poderá indicar as normas técnicas a serem exigidas para a adequação dos bens e serviços aos padrões de sustentabilidade.</p> <p>§ 2º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio indicado no edital.</p>
	<p><input type="checkbox"/> Não</p>	
<p>HÁ NECESSIDADE DE TREINAMENTO?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>	
<p>LEVANTAMENTO DE MERCADO</p>		
<p>ONDE FORAM</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Consulta a fornecedores. <input type="checkbox"/> Contratações similares.</p>	

PESQUISADAS AS
POSSÍVEIS
SOLUÇÕES?

☒ Internet.
☐ Outro.

☐ Audiência pública.

Especificar:

<p>JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA PARA A ESCOLHA DA MELHOR SOLUÇÃO</p>	<p>A aquisição dos equipamentos descritos neste processo visa atender às necessidades assistenciais de reabilitação e suporte respiratório de pacientes internados em ambiente hospitalar, conforme as diretrizes das boas práticas clínicas e assistenciais, priorizando a segurança do paciente, a eficácia terapêutica e a eficiência na gestão de recursos públicos.</p> <p>1. Justificativa Técnica</p> <p>Cuffômetro: Trata-se de equipamento de uso essencial e rotineiro em unidades críticas, utilizado para monitorar e ajustar adequadamente a pressão de insuflação de balonetes de sondas endotraqueais e traqueostomias. A medição precisa previne lesões traqueais, isquemias e aspiração de secreções, garantindo a segurança respiratória do paciente e a eficácia da ventilação mecânica. Sua operação manual de necessidade de energia elétrica tornam o equipamento ideal para uso à beira-leito e em diversos cenários clínicos.</p> <p>Aparelho de Ultrassom Terapêutico 1 e 3 MHz: Equipamento fundamental no manejo das disfunções musculoesqueléticas, com ampla aplicabilidade nos processos de reabilitação. Sua versatilidade permite atuação em tecidos superficiais e profundos, com protocolos pré-programados e operação microcontrolada, garantindo padronização, reprodutibilidade e segurança terapêutica. A possibilidade de operar em modos contínuo e pulsado aumenta a gama de indicações clínicas, otimizando o cuidado fisioterapêutico.</p> <p>Aparelho de Eletroestimulação (TENS/FES/Russa): A eletroestimulação é amplamente indicada para analgesia, fortalecimento muscular e reabilitação neuromuscular, sendo indispensável em tratamentos de pacientes com déficit funcional, dor crônica ou em processos de restabelecimento da marcha. O equipamento proposto conta com múltiplas correntes, canais independentes, interface intuitiva e protocolos ajustáveis, possibilitando terapias personalizadas e seguras.</p> <p>Exercitador de Membros com Resistência Elástica (Powerleg ou similar): Equipamento utilizado em pacientes acamados ou com limitação funcional, promovendo o fortalecimento muscular e melhora da mobilidade articular, com foco na recuperação da funcionalidade e prevenção de complicações da imobilidade. Sua portabilidade, regulagem manual de resistência e simplicidade de uso o tornam adequado ao ambiente hospitalar, inclusive em leitos.</p> <p>A especificação de cada item reflete a necessidade de dispositivos tecnicamente adequados, com registro na ANVISA e características compatíveis com uso hospitalar intensivo, contribuindo para a segurança do paciente, a efetividade terapêutica e a conformidade com as normas sanitárias vigentes.</p> <p>2. Justificativa Econômica</p> <p>A aquisição dos equipamentos propostos justifica-se economicamente pela melhoria na resolutividade dos atendimentos, redução do tempo de internação e prevenção de agravos, o que contribui diretamente para a otimização dos recursos públicos. Destacam-se os seguintes pontos:</p> <p>Redução de custos indiretos com complicações clínicas, como infecções respiratórias ou atrofia muscular, com o uso adequado do cuffômetro e dos dispositivos de reabilitação.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diminuição da dependência de serviços terceirizados ou da necessidade de locação, por meio da aquisição definitiva de equipamentos duráveis e de uso contínuo. • Economia gerada pela manutenção da funcionalidade e independência dos pacientes, reduzindo reinternações e custos associados à reabilitação prolongada. • Equipamentos com tecnologia atual, interface intuitiva e protocolos pré-programados, que reduzem o tempo de operação e treinamento, impactando positivamente na produtividade das equipes assistenciais.
--	---

A escolha por adquirir os equipamentos tecnicamente mais compatíveis com a rotina hospitalar, duráveis e com suporte técnico nacional, assegura **melhor custo-benefício a médio e longo prazo**, além de atender às normas de qualidade e segurança exigidas pelos órgãos reguladores.

3. Solução:

Realizar licitação própria, mediante a pregão eletrônico convencional, de modo que serão utilizados todo o quantitativo solicitado; Do ponto de vista econômico, essa modalidade favorece a **ampla concorrência**, aumentando a competitividade entre fornecedores e possibilitando a obtenção de **propostas mais vantajosas**. Além disso, assegura **transparência, agilidade e menor custo operacional**, promovendo uma contratação eficiente e alinhada aos princípios da Administração Pública.

Dessa forma, a escolha pelo **Pregão Eletrônico** representa a solução mais eficiente, segura e vantajosa, tanto técnica quanto economicamente.

HÁ RESTRIÇÃO DE FORNECEDORES?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.			
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO				
O QUE SERÁ CONTRATADO?	Aquisição de equipamentos essenciais para fisioterapia hospitalar, incluindo cuffômetros para monitorização da pressão do cuff de tubos orotraqueais e endotraqueais, aparelhos de ultrassom terapêutico de alta performance, dispositivos de eletroestimulação transcutânea com 4 canais e equipamentos portáteis para reabilitação de membros superiores e inferiores. Esses recursos permitirão a modernização das práticas assistenciais, garantindo maior segurança, eficácia e resolutividade nos tratamentos fisioterapêuticos.			
QUAL O PRAZO DA GARANTIA CONTRATUAL?	<input type="checkbox"/> Não há. <input type="checkbox"/> 90 dias. <input checked="" type="checkbox"/> 12 meses. <div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <input type="checkbox"/> dias. <input type="checkbox"/> meses. <input type="checkbox"/> anos. </div> <input type="checkbox"/> Outro: nnn			
HÁ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não. <p>Justificativa: Por se tratar de equipamentos/aparelhos a necessidade para casos em que produto possua algum defeito de fábrica ou manuseio.</p>			
HÁ NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não. <p>Descrever solução:</p>			
ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO NECESSÁRIO				
COMO SE OBTVE O QUANTITATIVO ESTIMADO?	<input type="checkbox"/> Análise de contratações anteriores. <input checked="" type="checkbox"/> Outro. <p>Especificar: análise de quanto a necessidade dos pacientes atendidos no hospital</p> <input type="checkbox"/> Análise de contratações similares.			
DESCRIÇÃO DO QUANTITATIVO?	A aquisição dos equipamentos foi estimada com base nas necessidades apresentadas pelo Setor de Fisioterapia, considerando o volume de atendimentos hospitalares realizados, o estado atual dos dispositivos disponíveis e as exigências terapêuticas para cada tipo de intervenção. A quantidade proposta reflete uma análise criteriosa das demandas do setor, incluindo uma margem de segurança para atender à crescente complexidade dos casos e prevenir a descontinuidade nos atendimentos devido ao desgaste ou avarias dos equipamentos. A gestão eficiente desse quantitativo é fundamental para assegurar a manutenção da qualidade assistencial e a otimização dos recursos.			
	Ite	Descrição	Und	Qtd

ESPECIFICAÇÃO	m			
	1	<p>CUFFOMETRO: é um dispositivo manual e portátil utilizado para medir e ajustar com precisão a pressão de insuflação do cuff de sondas endotraqueais e cânulas de traqueostomia, contribuindo para a vedação adequada das vias aéreas e prevenção de lesões traqueais é indicado para ambientes hospitalares.</p> <p>CARACTERÍSTICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relógio analógico com escala de 0 a 120 cmH₂O, Bulbo anatômico em material flexível, Botão de alívio de pressão e conexão lateral tipo luer macho para fácil acoplamento. • De uso simples e sem necessidade de energia elétrica, <p>Registro na ANVISA.</p>	Und.	10

	2	<p>Equipamento de ultrassom terapêutico microcontrolado, destinado a tratamentos na área da reabilitação física e estética, com aplicação nas disfunções musculoesqueléticas, osteoarticulares e tecidos moles. Indicado para alívio da dor, redução de processos inflamatórios, edemas, regeneração tecidual e cicatrização.</p> <p>Conta com transdutor de alta frequência com capacidade para operar em duas frequências terapêuticas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1 MHz: indicado para estruturas mais profundas (até 5 cm); - 3 MHz: indicado para estruturas mais superficiais (1 a 2 cm de profundidade). <p>O equipamento realiza a emissão do ultrassom nos modos contínuo e pulsado, com frequência de repetição de pulso ajustável (100 Hz, 48 Hz ou 16 Hz), e razão de pulso configurável (1/2 – 50% ou 1/5 – 20%).</p> <p>Características Técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Frequências de operação: 1 MHz e 3 MHz <p>Modos de emissão: contínuo ou pulsado</p> <ul style="list-style-type: none"> - Área efetiva de radiação (ERA): - Cabeçote de 7 cm² com opção de uso nas frequências de 1 MHz ou 3 MHz (potência máxima: 21 W) - Cabeçote de 3 cm² com frequência de 1 MHz (potência máxima: 3 W) - Possibilidade de uso em terapia combinada - Tecla de seleção de protocolos pré- programados (mínimo de 46) e protocolos personalizados (mínimo de 20) - Display gráfico amplo para facilitar a visualização de configurações e protocolos - Necessário uso com gel condutor neutro <p>Dados Técnicos:</p> <p>Alimentação elétrica: Bivolt automático (127/220V ~ 60 Hz)</p>	Und.	4
--	---	--	------	---

		<ul style="list-style-type: none"> - Necessário uso com gel condutor neutro <p>Dados Técnicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alimentação elétrica: Bivolt automático (127/220V ~ 60 Hz) - Dimensões aproximadas: 36 cm (L) x 31,5 cm (P) x 12,5 cm (A) - Peso aproximado (sem acessórios): 2,2 kg - Registro na ANVISA como equipamento eletromédico de uso terapêutico <p>Acessórios Inclusos (mínimos esperados):</p> <ul style="list-style-type: none"> - 01 cabo de força destacável (PP IEC) - 01 cabeçote transdutor com áreas de radiação de 3 cm² e 7 cm² - 01 bisnaga de gel condutor incolor neutro (mínimo 100g) - 01 fusível de proteção sobressalente - 01 cartela de fusíveis - Manual de operação (versão digital ou impressa) 		
3		<p>Aparelho de eletroestimulação transcutânea destinado à aplicação das correntes TENS (Estimulação Elétrica Nervosa Transcutânea), FES (Estimulação Elétrica Funcional) e Russa, por meio de eletrodos aplicados diretamente sobre a pele do paciente. Indicado para tratamentos de analgesia, fortalecimento muscular e reabilitação neuromuscular. Possui tecnologia de controle digital, com interface intuitiva, proporcionando maior precisão nos parâmetros de terapia.</p> <p>Corrente TENS e FES: Modo de operação: sincronizado e recíproco, Intensidade: de 0 a 250 mA, Frequência: de 0,5 a 250 Hz, Pulso: de 50 a 500 µs</p> <p>Corrente Russa: Modo de operação: contínuo, sincronizado, recíproco, Intensidade: de 0 a 250 mA, Frequência: de 10 a 100 Hz, Pulso: 50 Hz</p>	Und.	6

		<p>Capacidade para 32 protocolos pré-programados e 20 programáveis pelo usuário</p> <p>Registro na ANVISA como equipamento eletromédico de uso terapêutico</p> <p>Características Técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tecnologia de operação microcontrolada; - Correntes disponíveis: TENS, FES e Russa - 4 canais de saída, com controle de intensidade independente - Display gráfico em LCD azul - Teclas soft touch (toque suave) - Modos de operação: contínuo, sincronizado e recíproco - Portátil, Alimentação elétrica bivolt automática (100 a 240V ~ 60 Hz) <p>Acessórios Inclusos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Eletrodos de borracha condutiva (mínimo de 16 unidades, 5 x 5 cm) - Bolsa para transporte - Gel condutor incolor neutro (mínimo 1 kg) - Faixas elásticas para fixação dos eletrodos (mínimo 2 unidades) - Cabos para conexão dos eletrodos (mínimo 2 kits) - Cabo de força destacável. - Fusíveis de proteção sobressalentes - Acesso ao manual de instruções digital ou físico 		
--	--	--	--	--

	4	<p>Exercitador para Fortalecimento e Reabilitação Muscular: equipamento para reabilitação e fortalecimento de membros inferiores e superiores que otimiza os procedimentos de mobilização realizados por fisioterapeutas dentre outros profissionais da saúde.</p> <p>CARACTERÍSTICAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Portátil, facilitando o transporte Versátil, possibilitando diversos exercícios Combina exercícios de membros inferiores com membros superiores • Manuseio simples e intuitivo • Ancoragem dos elastômeros nas duas extremidades do equipamento • Leve, otimizando seu uso sobre o leito em hospitais • Fácil higienização • ESPECIFICAÇÕES • 6 unidades de carga elásticas com 3 tipos de resistências ajustáveis manualmente • Alça e rodízios para transporte • Prancha com ângulo de inclinação variando de 0 a 90° Ganchos laterais para ancoragem de elásticos Escala de amplitude de movimento graduada de 0 a 10 • Dispositivo STOP para limitação do movimento 	Und.	9
ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO				
MEIOS USADOS NA PESQUISA	<p><input type="checkbox"/> Painel de preços. <input type="checkbox"/> Contratações similares.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Simas. <input type="checkbox"/> Fornecedores.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Internet. Especificar: (Indicar o meio).</p> <p>Outro</p>			

ESTIMATIVA DE PREÇO	Item	Descrição	Valor Unitário	Qtd	Valor Total
	1	CUFFOMETRO: é um dispositivo manual e portátil utilizado para medir e ajustar com precisão a pressão de insuflação do cuff de ondas endotraqueais e cânulas de traqueostomia, contribuindo para a vedação adequada das vias aéreas e prevenção de lesões traqueais é indicado para ambientes hospitalares.	R\$ 3.195,92	10 Und.	R\$ 31.959,20
	2	Equipamento de ultrassom terapêutico microcontrolado, Conta com transdutor de alta frequência com capacidade para operar em duas frequências terapêuticas : - 1 MHz : indicado para estruturas mais profundas (até 5 cm); - 3 MHz : indicado para estruturas mais superficiais (1 a 2 cm de profundidade).	R\$ 3.027,26	4 Und.	R\$ 12.109,04
	3	Aparelho eletroestimulação transcutânea de destinado à aplicação das correntes TENS (Estimulação Elétrica Nervosa Transcutânea), FES (Estimulação Elétrica Funcional) e Russa.	R\$ 2.894,24	6 Und.	R\$ 17.365,44
	4	Exercitador para Fortalecimento e Reabilitação Muscular: Equipamento para reabilitação e fortalecimento de membros inferiores e superiores que otimiza os procedimentos de mobilização realizados por fisioterapeutas dentre outros profissionais da saúde.	R\$ 3.244,61	9 Und.	R\$ 29.201,49
				TOTAL	R\$ 90.635,17

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

A SOLUÇÃO SERÁ DIVIDIDA EM ITENS?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	Objeto indivisível.
	<input type="checkbox"/> Não.	<p>Por quê?</p> <p><input type="checkbox"/> Perda de escala.</p> <p><input type="checkbox"/> Tecnicamente inviável. <input type="checkbox"/> Economicamente inviável.</p>

		<input type="checkbox"/> Aproveitamento da competitividade. <input type="checkbox"/> Outro.	
		Especificar: (Indicar o motivo).	
CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES			
HÁ CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.	Especificar:	
ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO			
HÁ PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.	Especificar item do PCA: SBPS/2025: 10, 11,12 e 17. Providências:	
RESULTADOS PRETENDIDOS			
QUAIS OS BENEFÍCIOS PRETENDIDOS NA CONTRATAÇÃO?	<input type="checkbox"/> Manutenção do Funcionamento Administrativo <input type="checkbox"/> Redução dos Riscos do Trabalho <input checked="" type="checkbox"/> Serviço/Bem de Consumo <input type="checkbox"/> Outro.		
	<input checked="" type="checkbox"/> Redução de Custos <input type="checkbox"/> Aproveitamento de Recursos Humanos <input checked="" type="checkbox"/> Ganho de Eficiência <input checked="" type="checkbox"/> Realização de Política Pública Especificar:		
PROVIDÊNCIAS PENDENTES			
HÁ PROVIDÊNCIAS PENDENTES PARA O SUCESSO DA CONTRATAÇÃO?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.	Especificar:	
IMPACTOS AMBIENTAS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO			
HÁ PREVISÃO DE IMPACTO AMBIENTAL NA CONTRATAÇÃO?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.	Especificar os impactos: Especificar as medidas de mitigação dos impactos:	
CONCLUSÃO			
A CONTRATAÇÃO POSSUI VIABILIDADE TÉCNICA, SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL?		<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.	

Belém (PA), 16 de julho de 2025.

Aliane Mouta

Aliane Mouta
GT Reabilitação
CREFITO 12128269-F

Aliane Suely de Souza Mendes Mouta
Cargo: GT da Reabilitação
Matrícula:57194952

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA
PROCESSO N.º 2975882/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90008/2026
ANEXO II – TERMO DE COMPROMISSO DE ABERTURA DE CONTA

TERMO DE COMPROMISSO DE ABERTURA DE CONTA

A EMPRESA _____, inscrita no CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede na xxxxxxxxxxxxxx - Bairro xxxxx – CEP: xxxxxxxx, na Cidade de _____, Estado do _____, neste ato representada por seu Representante legal _____ portador do RG xxxxx, inscrito no CPF xxxxxxxxx, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo contrato social/procuração, DECLARA, para os devidos fins, que providenciará a abertura de conta bancária junto ao Banco do Estado do Pará – BANPARÁ, comprometendo-se a apresentar à Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna os respectivos dados bancários (agência e número da conta) no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para fins de recebimento de valores decorrentes da execução contratual, em conformidade com o Decreto Estadual nº 877/2008, publicado em 01 de abril de 2008, página 09.

_____, ____ de _____ de 2025.

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome do representante

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA PROCESSO

N.º E-2975882/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90008/2026

ANEXO III - CONTRATO N.º _/2025 CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA E A EMPRESA

RESUMO



CONTRATANTE

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA | Direito Público, Entidade da Administração Pública Indireta CNPJ n.º 22.980.973/0001-77.



CONTRATADO

CNPJ n.º



ENTREGA DO BEM

O bem deve ser totalmente entregue de uma só vez, no prazo de 30 dias corridos a contar do recebimento da nota de empenho.



VALOR TOTAL

R\$

REAJUSTE

Índice: ☐ IPCA ☐ INPC ☐ INCC ☒ IGP-M Período:

a cada **12 (doze) meses**, a contar de 02/09/2025.



PAGAMENTO

Forma: ordem bancária

Prazo: **30 (trinta) dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

FISCALIZAÇÃO

Fiscal Titular: Aliane Suely de Souza Mendes Mouta

Matrícula: 57194952

Fiscal Suplente:



VIGÊNCIA

Prazo: **12 (doze) meses.**

Início: dd/mm/aaaa. Fim: dd/mm/aaaa.

CLÁUSULAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA 1

Partes

1.1. Este contrato tem como PARTES:

CONTRATANTE

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA, entidade pertencente ao Governo do Estado do Pará, inscrita no CNPJ nº 22.980.973/0001-77, estabelecida a Trav. Alferes Costa, n.º 2.000, nesta capital, neste ato representada pela Presidente **Ana Lydia Ledo de Castro Ribeiro Cabeça**, brasileira, médica, CPF n.º 294.930.052-91, residente e domiciliado nesta cidade, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 07 de abril de 2026, publicado no DOE n.º 36.588 de 08 de Abril de 2026, doravante denominada FPEHCGV.

CONTRATADO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Inscrição Estadual nº XXXXXXXXXXXXXXX, com sede a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada pelo(a) Sr(a). XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

CLÁUSULA 2

Fundamento legal

2.1. O presente contrato é oriundo do Pregão Eletrônico n.º 90008/2026 constante no PAE n.º 2025/2975882 e é regido pela Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 3

Objeto

3.1. O objeto da contratação é a aquisição de equipamentos específicos para atender o setor Biopsicossocial da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna – FPEHCGV, por um período de 12 (doze) meses.

3.2. Este instrumento se vincula ao edital licitatório citado na Cláusula 2, à proposta do licitante vencedor, e aos anexos desses documentos;

3.3 Os bens contratados são os seguintes itens descritos no Termo de Referência:

ITEM	CÓDIGO SISMA	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
1	158304-2	<p>CUFFOMETRO: é um dispositivo manual e portátil utilizado para medir e ajustar com precisão a pressão de insuflação do cuff de sondas endotraqueais e cânulas de traqueostomia, contribuindo para a vedação adequada das vias aéreas e prevenção de lesões traqueais é indicado para ambientes hospitalares.</p> <p>CARACTERÍSTICAS: Relógio analógico com escala de 0 a 120 cmH₂O, Bulbo anatômico em material flexível, Botão de alívio de pressão e conexão lateral tipo luer macho para fácil acoplamento. De uso simples e sem necessidade de energia elétrica, Registro na ANVISA.</p>		UND	10		

2	210982-4	<p>Equipamento de ultrassom terapêutico microcontrolado, destinado a tratamentos na área da reabilitação física e estética, com aplicação nas disfunções musculoesqueléticas, osteoarticulares e tecidos moles.</p> <p>Indicado para alívio da dor, redução de processos inflamatórios, edemas, regeneração tecidual e cicatrização. Conta com transdutor de alta frequência com capacidade para operar em duas frequências terapêuticas: 1 MHz: indicado para estruturas mais profundas (até 5 cm); 3 MHz: indicado para estruturas mais superficiais (1 a 2 cm de profundidade). O equipamento realiza a emissão do ultrassom nos modos contínuo e pulsado, com frequência de repetição de pulso ajustável (100 Hz, 48 Hz ou 16 Hz), e razão de pulso configurável (1/2 – 50% ou 1/5 – 20%). Características Técnicas: - Frequências de operação: 1 MHz e 3 MHz</p> <p>Modos de emissão: contínuo ou pulsado Área efetiva de radiação (ERA): Cabeçote de 7 cm² com opção de uso nas frequências de 1 MHz ou 3 MHz (potência máxima: 21 W) Cabeçote de 3 cm² com frequência de 1 MHz (potência máxima: 3 W) Possibilidade de uso em terapia</p>		UND	4		
---	----------	--	--	-----	---	--	--

		combinada Tecla de seleção de protocolos pré- programados					
--	--	--	--	--	--	--	--

		<p>(mínimo de 46) e protocolos personalizados (mínimo de 20)</p> <p>Display gráfico amplo para facilitar a visualização de configurações e protocolos.</p> <p>Necessário uso com gel condutor neutro Dados Técnicos: Alimentação elétrica: Bivolt automático (127/220V ~ 60).</p> <p>Dimensões aproximadas: 36 cm (L) x 31,5 cm (P) x 12,5 cm (A) -</p> <p>Peso aproximado (sem acessórios): 2,2 kg -</p> <p>Registro na ANVISA como equipamento eletromédico de uso Terapêutico Acessórios Inclusos (mínimos esperados):- 01 cabo de força destacável (PP IEC) - 01 cabeçote transdutor com áreas de radiação de 3 cm² e 7 cm² - 01 bisnaga de gel condutor incolor neutro (mínimo 100g) - 01 fusível de proteção sobressalente - 01 cartela de fusíveis – Manual de operação (versão digital ou impressa).</p>					
--	--	--	--	--	--	--	--

3	207764-7	<p>Aparelho de eletroestimulação transcutânea destinado à aplicação das correntes TENS(Estimulação Elétrica Nervosa Transcutânea), FES (Estimulação Elétrica Funcional) e Russa, por meio de eletrodos aplicados diretamente sobre a pele do paciente. Indicado para tratamentos de analgesia, fortalecimento muscular e reabilitação neuromuscular. Possui tecnologia de controle digital, com interface intuitiva, proporcionando maior precisão nos parâmetros de terapia.</p> <p>Corrente TENS e FES: Modo de operação: sincronizado e recíproco, Intensidade: de 0 a 250 mA, Frequência: de 0,5 a 250 Hz, Pulso: de 50 a 500 µs.</p> <p>Corrente Russa: Modo de operação: contínuo, sincronizado, recíproco, Intensidade: de 0 a 250 mA, Frequência: de 10 a 100 Hz, Pulso: 50 Hz Capacidade para 32 protocolos pré-programados e 20 programáveis pelo usuário</p> <p>Registro na ANVISA como equipamento eletromédico de uso terapêutico</p>		UND	6		
---	----------	--	--	-----	---	--	--

		<p>Características Técnicas: Tecnologia de operação microcontrolada.</p> <p>Correntes disponíveis: TENS, FES e Russa 4 canais de saída, com controle de intensidade independente. - Display gráfico em LCD azul - Teclas soft touch (toque suave) Modos de operação: contínuo, sincronizado e recíproco Portátil, Alimentação elétrica bivolt automática (100 a 240V ~ 60 Hz).</p> <p>Acessórios Inclusos: Eletrodos de borracha condutiva (mínimo de 16 unidades, 5 x 5 cm) Bolsa para transporte; Gel condutor incolor neutro (mínimo 1 kg); Faixas elásticas para fixação dos eletrodos (mínimo 2 unidades) Cabos para conexão dos eletrodos (mínimo 2 kits) Cabo de força destacável - Fusíveis de proteção sobressalentes - Acesso ao manual de instruções digital ou físico.</p>					
--	--	---	--	--	--	--	--

4	224150-1	<p>Exercitador para Fortalecimento e Reabilitação Muscular: equipamento para reabilitação e fortalecimento de membros inferiores e superiores que otimiza os procedimentos de mobilização realizados por fisioterapeutas dentre outros profissionais da saúde.</p> <p>CARACTERÍSTICAS Portátil, facilitando o transporte Versátil, possibilitando diversos exercícios. • Combina exercícios de membros inferiores com membros superiores. • Manuseio simples e Intuitivo. • Ancoragem dos elásticos nas duas extremidades do equipamento • Leve, otimizando seu uso sobre o leito em hospitais • Fácil higienização</p> <p>ESPECIFICAÇÕES: • 6 unidades de carga elásticas com 3 tipos de resistências ajustáveis manualmente; • Alça e rodízios para transporte • Prancha com ângulo de inclinação variando de 0 a 90° • Ganchos laterais para ancoragem de elásticos • Escala de amplitude de movimento graduada de 0 a 10 • Dispositivo</p>		UND	9		
---	----------	--	--	-----	---	--	--

		STOP para limitação do movimento					
VALOR GLOBAL							

CLÁUSULA 4

Local e Hora da Entrega dos Bens

4.1. O bem deve ser totalmente entregue de uma só vez, no prazo de 30 dias corridos a contas do recebimento da nota de empenho;

4.2. Local de entrega: Os equipamentos deverão ser entregues no Almoxarifado da FHCGV, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 08h às 16h (exceto feriados e fins de semana), situado na Trav. Alferes Costa n.º 2000 - Bairro da Pedreira – CEP: 66.083-106, município de Belém-PA.

CLÁUSULA 5

Preço

5.1. O valor total do contrato é R\$xxxxxxxxxxxxx e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão inclusas neste preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

CLÁUSULA 6

Dotação orçamentária

6.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado do Pará, para o exercício de **2026**, na classificação abaixo:

Funcional Programática: 10.302.1507.8288; Elemento de Despesa: 339030; Fonte do Recurso: 01659000061, 01659000069, 01500100203, 01500000001, 01601000049 e suas respectivas subfontes e superávits.

CLÁUSULA 7

Reajuste

7.1. O contrato será reajustado pelo IGP-M;

7.2. É devido reajuste contratual apenas a cada **12 (doze) meses**, a contar de **02/09/2025**;

7.3. O reajuste se restringirá ao valor do saldo contratual existente na data em que aquele for devido;

7.4. O reajuste será realizado de ofício pelo CONTRATANTE mediante a aplicação do índice de correção monetária mencionado na Cláusula 7.1 na base de cálculo do item 7.3;

7.5. O reajuste será automático e independerá de requerimento do CONTRATADO;

7.6. O reajuste será realizado por *simples apostila*;

7.7. No caso de atraso ou não divulgação do índice do item 7.1, o CONTRATANTE utilizará a sua última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

7.8. Caso o índice do item 7.1 venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, as PARTES elegerão novo índice, fixando-o por meio de termo aditivo;

7.9. Não será devido reajuste quando o atraso na entrega do bem for atribuível ao CONTRATADO.

CLÁUSULA 8

Pagamento

8.1. O pagamento será realizado em **30 (trinta) dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato;

8.2. O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade da CONTRATADO, cujos dados são:

Banco	BANPARÁ
Agência	
Conta Corrente	

8.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO adote as medidas para saneamento das pendências;

8.4. Na hipótese do item 8.3, o prazo para pagamento começará a correr depois da comprovação da regularização da pendência, sem ônus à CONTRATANTE;

8.5. A data do efetivo pagamento será considerada aquela que constar da ordem bancária emitida para quitação da nota fiscal ou fatura;

8.6. A regularidade fiscal do CONTRATADO deve ser verificada pelo CONTRATANTE por ocasião do pagamento por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso a ele, devem ser consultados sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, ser solicitada a documentação física listada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21;

8.7. A constatação de irregularidade fiscal do CONTRATADO não impede o pagamento do que foi executado, mas constitui falta contratual, a ser sancionada em procedimento de inexecução contratual;

8.8. Antes da instauração do procedimento de inexecução contratual a que faz menção o item 8.7, o CONTRATADO deve ser notificado para regularizar a pendência no prazo de **5 (cinco) dias úteis**. Não sendo regularizada, deve-se instaurar o procedimento de inexecução contratual, ofertando contraditório e ampla defesa ao CONTRATADO;

8.9. A instauração do procedimento de inexecução contratual não impede o pagamento do fornecimento que já foi entregue;

8.10. Diante da gravidade do caso concreto e para proteger o Erário e o interesse público, a autoridade competente pode decidir pela suspensão do contrato, ocasião em que somente será pago o serviço que já foi prestado;

8.11. Caso ao final do procedimento a que faz menção a parte final do item 8.8 a autoridade decida pela rescisão contratual, o pagamento será sustado automaticamente;

8.12. A inadimplência do CONTRATADO junto ao SICAF é causa de rescisão contratual, exceto se a autoridade máxima do CONTRATANTE justificar a necessidade de manutenção do contrato por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância;

8.13. O CONTRATANTE efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável por ocasião do pagamento;

8.14. O CONTRATADO optante do Simples Nacional não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à comprovação, por documento oficial, de que o CONTRATADO é beneficiário do tratamento tributário previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06.

CLÁUSULA 9

Garantia de cumprimento contratual

9.1. O CONTRATADO garantirá o cumprimento do contrato mediante a prestação de uma das modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21, a sua escolha;

9.2. A garantia corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato:

Banco	Banpara
Agência	0014 - Telegrafo
Conta Corrente	180130-9
CNPJ	22.980.973/0001-77

9.3. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento do CONTRATANTE, o CONTRATADO ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo CONTRATANTE;

9.4. No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser atualizada ou renovada nas mesmas condições;

9.5. Se a garantia for utilizada em pagamento de qualquer obrigação, o CONTRATADO fica obrigado a recompor o que tiver sido usado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar de sua notificação;

9.6. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação;

9.7. A garantia prestada pelo CONTRATADO será liberada ou restituída após a execução total do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do CONTRATANTE;

9.8. Quando a garantia for em dinheiro, o valor a ser devolvido, nos termos do item 9.8, será corrigido monetariamente;

9.9. A garantia de execução do contrato não desobriga o CONTRATADO de apresentar a garantia contratual dos bens adquiridos, legal e do fabricante, a qual deve ser de **15 (quinze) dias úteis**, no mínimo.

CLÁUSULA 10

Obrigações das partes

10.1. O CONTRATANTE tem a obrigação de:

a. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto;

- b.** Informar ao prestador sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a execução do objeto e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos;
- c.** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo prestador, relacionados com o objeto pactuado;
- d.** Comunicar por escrito, ao prestador, quaisquer irregularidades verificadas na execução do objeto, solicitando a reexecução ou substituição do material defeituoso ou incompleto e que não esteja de acordo com as especificações do Termo de Referência;
- e.** Estando os o material de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, a Contratante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos pactuados no Termo de Referência;
- f.** A Fundação Pública Estadual Hospital das Clínicas Gaspar Vianna deverá acompanhar os prazos de execução, exigindo que o prestador tome as providências necessárias para regularização dos serviços, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei Federal 14.133/2021, no Item 14 do Termo de Referência e demais cominações legais;
- g.** Comunicar, por escrito, ao prestador o não-recebimento dos objetos do contrato, apontando as razões, quando for o caso, das suas não-adequações aos termos contratuais;
- h.** Proporcionar as condições para que o prestador possa cumprir as obrigações pactuadas.

10.2. O CONTRATADO tem a obrigação de:

- a.** Indicar, se for o caso, um preposto responsável pelo atendimento às demandas da Licitante;
- b.** Executar os serviços e/ou entrega dos materiais conforme as especificações, prazos e características constantes no Termo de Referência, cumprindo prontamente as determinações que lhe forem dirigidas;
- c.** Providenciar imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Fundação Pública Estadual Hospital das Clínicas Gaspar Vianna, referentes às condições firmadas no Termo de Referência;
- d.** Permitir a fiscalização da entrega dos materiais, bem como, de sua qualidade, pela Fundação solicitante, em qualquer tempo, e mantê-la permanentemente informada a respeito do andamento dos mesmos;
- e.** Manter durante toda a vigência do contrato as mesmas condições exigidas no momento do contrato;
- f.** Observar as normas e regulamentos relacionados com a entrega dos materiais;
- g.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- h.** Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
- i.** Ressarcir os eventuais prejuízos causados à FPEHCGV ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- j.** Comunicar à FPEHCGV, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data de início da entrega do objeto, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- k.** Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo, sem prévia autorização da FPEHCGV;
- l.** Prestar esclarecimentos à FPEHCGV sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;
- m.** Emitir Nota Fiscal discriminada, legível e sem rasuras;

- n.** Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pela FPEHCGV, cujas reclamações se obriga a atender;
- o.** Qualquer dano causado ao patrimônio da FPEHCGV decorrente de culpa e/ou dolo do Contratado ou de qualquer de seus empregados e prepostos, entrega de materiais, será ressarcido pelo Contratado, que será responsabilizado pelo ônus resultante de suas ações e omissões, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros e ligadas ao cumprimento deste CONTRATO;
- p.** Executar a entrega dos materiais conforme as especificações, prazos e características constantes do Termo de Referência, cumprindo prontamente as determinações que lhe forem dirigidas;
- q.** Na hipótese do item 8.6, parte final, quando solicitado o CONTRATADO deverá entregar ao CONTRATANTE os seguintes documentos:
1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.
 2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
 3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do CONTRATADO.
 4. Certidão de Regularidade do FGTS.
 5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
 6. Nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato.
- r.** Não permitir:
1. o trabalho de pessoa menor de 16 (dezesesseis) anos no objeto deste contrato, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; e
 2. a utilização do trabalho da pessoa menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, em qualquer hipótese.
- s.** Manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação, na contratação direta;
- t.** Cumprir as normas de segurança do CONTRATANTE, além da legislação vigente em âmbito federal, estadual e municipal.

CLÁUSULA 11

Responsabilidade por danos

- 11.1.** A responsabilidade pelos danos causados por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do CONTRATADO;
- 11.2.** A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros é exclusivamente sua;
- 11.3.** O CONTRATANTE não responderá pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA 12

Infrações e sanções administrativas

- 12.1.** Constituem infrações administrativas do CONTRATADO a serem punidas com as seguintes sanções:

INFRAÇÃO	PENALIDADE
----------	------------

a.	Dar causa à inexecução parcial do contrato.	Advertência*
b.	Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar*
c.	Dar causa à inexecução total do contrato.	
d.	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.	
e.	Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	
f.	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.	
g.	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar
h.	Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.	
i.	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	
j.	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.	
k.	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.	

12.2. O atraso superior a **30 (trinta) dias corridos** autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal nº 14.133/21;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato *não exclui* a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE;

12.4. As sanções podem ser *cumuladas* com as seguintes multas:

MULTA	
Moratória	Compensatória
a. 1% (um por cento) sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de 30 (trinta) dias corridos .	30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do seu objeto.

b. 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado até o limite de **30 (trinta) dias corridos**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

12.5. Antes da aplicação das sanções, o CONTRATADO será notificado para apresentar defesa no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado de sua intimação;

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido ao CONTRATADO, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será cobrada judicialmente;

12.7. Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até **15 (quinze) dias úteis**, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa;

12.8. A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o *rito especial* previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

12.9. A aplicação das sanções deve observar:

a. A natureza e gravidade da infração.

b. As peculiaridades do caso.

c. As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.

d. Os danos causados ao CONTRATANTE.

e. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos;

12.11. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

12.12. No prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da data de aplicação da sanção, o CONTRATANTE informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal;

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 13

Alterações do contrato

13.1. As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21;

13.2. Caso haja interesse público, o CONTRATANTE pode alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor atualizado do contrato,

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA

Trav. Alferes Costa, n. 2.000. Pedreira. Belém. Pará. Brasil. 66.083-106.

Tel.: (91) 4005.2500. Email: cplfhcgvg@gasparvianna.pa.gov.br

mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente;

13.3. As PARTES podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

13.4. Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação;

13.5. Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por *simples apostila*, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 14

Extinção do contrato

14.1. O contrato se extingue quando todas as obrigações de ambas as PARTES forem cumpridas, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado;

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que o CONTRATANTE deverá providenciar a readequação do cronograma fixado para cumprimento do contrato;

14.3. Se a não conclusão do contrato decorrer de culpa do CONTRATADO, ele ficará constituído em mora, devendo ser instaurado procedimento de inexecução contratual para a aplicação das sanções administrativas cabíveis;

14.4. Na hipótese do item 14.3, o CONTRATANTE poderá optar, ainda, pela extinção do contrato e adotar as medidas previstas em lei para a continuidade da execução do objeto.

CLÁUSULA 15

Fiscalização

15.1. O cumprimento do contrato será fiscalizado de maneira Titular pela servidora Aliane Suely de Souza Mendes Mouta, Matrícula: 57194952, e suplementarmente pelo servidor (a) _____, conforme ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA 16

Interpretação

16.1. As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/20 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

CLÁUSULA 17

Tratamento adequado dos conflitos de interesse

17.1. Observado o disposto na Cláusula 16, permanecendo o conflito de interesse, as PARTES se comprometem a submeter a disputa *preferencialmente* à CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual nº 121/19.

CLÁUSULA 18

Divulgação e publicação

18.1. O CONTRATANTE divulgará este contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até **20 (vinte) dias úteis** e o publicará no Diário Oficial do Estado em forma de extrato, no prazo de **10 (dez) dias úteis**;

18.2. Os prazos contidos no item 18.1 são contados da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA 19

Vigência

19.1. O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, com início em **dd/mm/aaaa** e término em **dd/mm/aaaa**, sem possibilidade de prorrogação.

CLÁUSULA 20

Foro

20.1. As PARTES elegem o foro da Comarca de Belém-PA para resolver os litígios oriundos deste contrato, observado o disposto na Cláusula 17.

Belém (PA), dd de mmmmmmm de aaaa.

ANA LYDIA LEDO DE CASTRO RIBEIRO CABEÇA

DIRETORA PRESIDENTE DA FPEHCGV

CLAYTON BRASIL OLIVEIRA

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

REPRESENTANTE LEGAL

CONTRATANTE